

# O preconceito estadunidense nas políticas internas e externas com a América Latina, durante a Guerra de Secessão e a expansão no século xx

*Douglas Felipe Gerhardt\**  
*Wagner Fernandes de Azevedo\*\**

**RESUMO:** Os Estados Unidos despontaram no século XIX como uma grande potência regional e mundial. Seu desenvolvimento deu-se pelo sistema econômico liberal e pela expansão de suas fronteiras: Doutrina Monroe e o pensamento de tornar-se a nação civilizatória da América fizeram dos EUA um império diante de seus vizinhos. Seu preconceito e desprezo não eram apenas com os latinos, mas também se espelhavam em suas relações internas. Este artigo procura analisar as políticas imperialistas dos EUA pela ótica do seu preconceito com os povos hispânicos, e como isso influenciou sua política interna durante a Guerra Civil, bem como suas consequências até o século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** EUA, Doutrina Monroe, América Latina, Preconceito, Secessão, Imperialismo.

---

\* Bacharel do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

\*\* Bacharel do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

## 1 Introdução

Desde sua independência, os Estados Unidos da América desenvolveram-se como uma grande potência regional. Seu status de potência hegemônica no continente americano perdura por séculos graças a diversos fatos e fenômenos favoráveis nas relações internacionais e na própria política interna estadunidense. Assim, o presente artigo irá se focar na Guerra do México e no desenrolar da Guerra de Secessão. Suas causas, sobretudo políticas e econômicas, agregam também complexas questões étnicas, raciais e sociais – como o imperialismo<sup>1</sup> estadunidense, a aversão aos latinos e o preconceito racial nos estados do Sul, de meados do século XIX até o século XX. Estes dois momentos representam pontos-chaves nas relações interétnicas nos EUA e na ação material do imaginário estadunidense de nação prometida.

Nosso trabalho não se dedica à análise dos fatores econômicos, ainda que sejam de papel central nas decisões políticas. Buscamos fazer um apanhado histórico de situações da política externa e doméstica dos EUA nos quais fatores abstratos e mitológicos – como o Destino Manifesto – influenciam na tomada de decisão de governantes e ações organizadas da sociedade estadunidense.

O sociólogo Alberto Sérgio Alfredo Guimarães conceitua etnia e a situa na problemática estadunidense atual, mas de bagagem histórica:

“Etnia” é um tipo de carisma ou estigma baseado na identidade cultural, regional ou nacional de grupos [...] Nos Estados Unidos, as etnias são importantes tanto no interior da população negra (os afrolatinos, por exemplo) como entre os não-negros (asiáticos e latinos). (GUIMARÃES, 1999, p. 109)

Os problemas entre as diferentes etnias têm-se evidenciado pelo processo de imigração de latinos para os EUA, com o peso relativamente maior nas imigrações católicas (latinos, italianos, irlandeses, poloneses e alemães) e, mais recentemente, os budistas, hindus, muçulmanos, dentre outros que não seguem o *mainstream* religioso norteamericano (MATEO, 2011, p. 52). O mesmo país que outrora expandiu seu território sobre a América Latina – inicialmente, o México – hoje não mais projeta suas fronteiras em direção aos vizinhos latinos, porém o desprezo e o preconceito ainda perduram.

Guimarães, no trabalho estudado para o artigo, dicotomiza o conceito de etnia e de raça para compreender os diferentes preconceitos:

“Raça” é uma forma de carisma ou estigma grupal baseada na crença de uma herança genética que define o valor moral, intelectual e psicológico de um indivíduo ou de um grupo. Tal tipo de carisma parece dominante

<sup>1</sup> O Imperialismo é visto aqui como uma ferramenta para o prolongamento do sistema capitalista, e que este sistema foi responsável por qualquer forma de violência internacional causada pelo Estado, que é o instrumento de exploração de outros povos em uma relação desigual entre as metrópoles e as colônias. Este termo surgiu com a influência inglesa e pelo seu sistema liberal e capitalista do século XIX. (BOBBIO, 1998, p. 612)

na situação social dos negros americanos e sul-africanos ainda hoje em dia, sendo uma “categoria nativa” de uso amplo e generalizado. Na verdade, é lugar-comum que não se pode viver nos Estados Unidos sem pertencer a uma “raça”. (GUIMARÃES, 1999, p. 108)

Essa crença na superioridade das raças levou-se por um longo debate nos EUA, em função da abolição da escravidão, no século XIX. O não reconhecimento da igualdade dos homens – argumento inconstitucional – travou por anos a 13ª Emenda à Constituição Americana<sup>2</sup>. E, mesmo depois de aprovada a emenda, os direitos dos negros não eram iguais aos dos brancos. Grupos como a *Ku Klux Klan* (KKK) nasceram nos Estados Unidos, perseguindo negros e queimando-os pelo fato de serem de outra raça. A KKK possuía de 2 a 4 milhões de membros em 1921 (PEGRAM, 2011, p. 3), e sua presença foi mais forte nos estados do Sul, como Texas e Tennessee. Reforçado por atitudes extremistas de facções, tais como a KKK, o racismo continuou sendo a causa de conflitos no século XX, mobilizando parte da sociedade estadunidense à defesa dos brancos contra os negros.

## 2 Os primeiros contatos e a superioridade estadunidense

Assim como Alexis de Tocqueville<sup>3</sup> via a população americana marcada por uma cultura cívica intransponível e cunhada desde o seu primeiro contato com a civilização, as relações de superioridade quanto aos não americanos também pareciam estar cristalizadas no comportamento desses cidadãos. Sendo moldados por essa visão ética do protestantismo e carregados culturalmente da missão de civilizar os povos selvagens, os norteamericanos criaram um senso de superioridade frente aos latinos em consequência de uma busca incessante pela ordem e a moralidade<sup>4</sup>. Prezando este ideal cristão e liberal (no que tange aos ganhos econômicos), os habitantes dos EUA criaram repulsa aos “nativos” de origem espanhola, sendo que estes seriam seres inferiores e não civilizados. Assim, ficaria a cargo da política externa da União a responsabilidade pela educação desses que desconheciam o processo ideal de constituição de uma nação.

Em princípios do século XIX, o ideal republicano cobriu o continente americano: colônias começavam a emancipar-se de suas metrópoles europeias e projetavam um futuro livre de influências externas, já que o Novo Mundo havia

<sup>2</sup> “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.”

<sup>3</sup> Em “Democracia na América”.

<sup>4</sup> “A ideia da providência divina é um traço marcante do puritanismo americano, e sua principal característica é a visualização dos desígnios de Deus no cotidiano. Da mesma forma, a ideia da natureza selvagem refere-se à missão divinamente revelada de construir a ordem e difundir o bem em meio ao caos representado pela ausência de moralidade. Cumprindo o plano divino de ‘civilizar’ o novo mundo, os colonos estariam dando provas de louvor a Deus e, mais do que isso, construindo um exemplo de moralidade cristã que poderia ser visto por todos.” (MATEO, 2011, p. 55)

sido explorado pelos europeus desde o século XV. Dentro desse contexto, os EUA viam nas rebeliões uma ótima oportunidade para tirar de vez o enalço da influência europeia da região. Porém a relutância dos estadunidenses em reconhecer esses territórios e manter relações com os mesmos vinha em direção contrária ao próprio interesse econômico da potência, pois este estaria ligado a um constante envolvimento com os novos países republicanos da América Latina. Nesse sentido, houve várias divisões dentro do congresso norte-americano na disputa entre apoiar ou não a causa revolucionária de tais países, visto que o receio em relação à interação com os povos de origem hispânica era motivo sensato o suficiente para muitos estadunidenses absterem-se dessas relações. No entanto, movido pelo valor intrínseco da ética calvinista (de interesses econômicos e de disseminação da moral protestante), o país decidiu pela venda de armamentos para os rebeldes latinos.

Em meio à relutância da opinião pública em aceitar a decisão da venda de armas e à divergência de opiniões dentro do congresso americano em apoiar ou não a luta desses países, existia o receio de um ataque inglês na região, que poderia comprometer a hegemonia norte-americana no continente. Com John Quincy Adams atuando como secretário de Estado, o Presidente Monroe foi alertado sobre uma possível invasão dos países da Santa Aliança europeia, os quais buscavam o ressurgimento dos valores cristãos e da monarquia nas repúblicas (e reinos, no caso do Brasil e México) recém criadas. A supremacia ideológica da ética calvinista frente à católica era considerada, por muitos, uma questão importante para a disseminação do liberalismo no continente.

A procura da autonomia era superior à ideia de lucrar com as riquezas das regiões mais próximas, ainda que existissem grandes retornos vindos da venda de armas aos latinos. Um exemplo que representa a ambição externa dos EUA na época é o interesse em conseguir a posse da Flórida Espanhola, em 1815, a qual era vista por Monroe como “parte de uma terra sem atrativos que adversários poderiam usar como base para atacar os Estados Unidos” (SCHOULTS, 2000, p. 19).

### **3 A preocupação do desenvolvimento do continente: Doutrina Monroe**

A base de submissão dos países latino-americanos aos EUA estava ligada à grande influência dos grupos de interesse (tanto nos Estados Unidos quanto nos outros países) que exerciam grande influência nas políticas públicas de seus Estados. O financiamento de armas para os rebeldes nas guerras de independência é um exemplo dessa influência, visto que as relações comerciais feitas diretamente com os países hispânicos tornaram-se mais vantajosas para os empresários estadunidenses que o comprometimento comercial com a metrópole que regira as colônias na América. Além da própria base econômica da rede lobista dos EUA, o imperialismo tinha

como meio de ação a doutrina calvinista do Destino Manifesto<sup>5</sup>, que favorecia uma relação de extremo preconceito e rejeição de raças e tribos que não partilhassem da ética protestante. Como apontou Octávio Ianni:

A Supremacia dos EUA sobre os países do hemisfério não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela vai além, compreendendo também problemas sócio culturais [...] O racismo parece ser um elemento ideológico importante dessa diplomacia [...] justificam subjetivamente a hegemonia norte americana no hemisfério. (IANNI, 1988, p. 24)

Esse preconceito é oriundo de um pensamento acerca do comportamento das nações hispânicas sobre a *Leyenda Negra*, que é a imagem da crueldade, avareza e intolerância intrínseca aos espanhóis (ARAM, 2008, p. 28). O sentimento pode ser evidenciado na visão do ex-presidente norte-americano John Quincy Adams. “Eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos”: essa era a visão de Adams, secretário de Estado do governo de Monroe, e também ex-presidente, sobre os povos de origem hispânica, quando recém tinha completado doze anos de idade. Criado num ambiente republicano e marcado pela influência saxônica, Adams viveu os contrastes europeus quando havia viajado com seu pai para países como França, Rússia, Holanda e Espanha, ainda quando criança. Influenciado pela cultura liberal do século XIX, Quincy pôde retratar as diferenças destas nações em relação às ibéricas, o que favoreceu a análise preconceituosa e a generalização de todos os países que descendiam desta região. Enquanto França e Holanda expandiam seus mercados e tinham as políticas mais liberais da Europa, Espanha e Portugal ainda viviam regimes monárquicos com características medievais.

Em contato direto com o presidente Monroe, Quincy Adams tinha uma personalidade forte ao tratar da figura dos latino-americanos. Seu convívio com a população hispânica acabou sendo o suficiente para rejeitar totalmente qualquer tipo de relação com eles. Os debates entre os partidos no Congresso aparelhavam-se entre uma visão mais progressista, representada pelos *whigs*, e outra mais tradicional, representada pelos democratas. Dentre as principais figuras desses partidos estavam Henry Clay e o próprio John Quincy Adams, respectivamente. Foi preciso muita insistência do próprio presidente Monroe para conseguir impor a ideia do consenso em atar relações com os latinos, a fim de que os EUA fornecesse uma proteção sobre esses povos de forma autônoma, ou seja, sem nenhuma influência dos países europeus.

---

<sup>5</sup> “A maioria dos norteamericanos veem o credo como um elemento crucial na sua identidade nacional. O credo, portanto, foi produto de uma nítida cultura anglo-protestante dos ocupantes colonizadores. Elementos chave dessa cultura incluem a língua inglesa, cristianismo, comprometimento religioso, conceitos ingleses de regras e leis, incluindo a responsabilidade dos governantes e os direitos individuais, [...] a ética do trabalho, e a crença de que os seres humanos têm a habilidade e o dever de criar o paraíso na terra.” (HUNTINGTON, 2004, p. 1-2, Tradução Nossa)

As ações do presidente e do chefe de Estado pendiam para um pessimismo na tarefa de Henry Clay em demonstrar a capacidade de organização dos povos latino-americanos. Durante o século XIX, as nações recém emancipadas estavam com uma economia e sistema político fracos. Através de seu interesse automático nas questões do continente, o governo dos Estados Unidos se propôs a ajudar economicamente esses novos países, a fim de que o sistema de segurança americano vigorasse e afastasse o interesse comercial dos ingleses. Para fortalecer essa influência e, principalmente, relatar o cotidiano dos cidadãos de origem ibérica, John Quincy Adams mandou diplomatas às novas nações, a fim de descrever sua situação político-econômica e agir de forma a “encorajar o republicanismo, desencorajar a pirataria e obter liberdade de expressão religiosa para cidadãos dos EUA” (SCHOULTS, 2000, p. 24) em oposição ao incômodo da religiosidade católica dos latinos. O primeiro foi Poinsett, em 1811, que relatou a situação política na Argentina: “o espírito de litígio penetra todas as classes [...] a arte de procrastinar decisões até que o favor do juiz seja assegurado por influência e suborno” (POINSETT apud SCHOULTS, 2000, p. 20)<sup>6</sup>. O enviado ainda enfatizou a falta de princípios dos criollos argentinos, apontando este fato como o germe das revoluções. Outro diplomata encarregado das preocupações com os acontecimentos nas ex-colônias foi Alexander Scott, que desembarcou na Venezuela em 1812 com o intuito de suprir a necessidade de alimentos do país, que havia sido destruído por um terremoto. Sua análise englobava tanto esse contexto quanto o da rebelião contra a Espanha. O relato<sup>7</sup> minimizava o povo, sendo ele composto por indivíduos:

[...] tímidos, indolentes, supersticiosos e incapazes de empreendimento ou esforço. A considerar os hábitos correntes, morais e intelectuais de todas as classes, temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional. (SCOTT apud SCHOULTS, 2000, p. 21)

A visão dos diplomatas enviados por Monroe, em 1818, até a Argentina divergia entre cada um deles. Caesar Augustus Rodney notou que os argentinos eram “capazes de expandir esforços e perseverança, e manifestando uma ardente devoção à causa da liberdade e da independência”. Essa era a imagem positiva, a qual via acordado o “gênio do país adormecido”. Já John Graham não tinha uma visão tão convergente à de Rodney. A sua descrição consistia na análise das diferenças de pensamentos entre os estratos sociais: acreditava que havia certa indolência por parte das classes mais pobres, porém as classes média e alta não reconheciam

<sup>6</sup> Schoultz cita: Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1818, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3

<sup>7</sup> Schoultz cita: Alexander Scott a James Monroe, 16 de novembro de 1812 e 1 de janeiro de 1813, Cartas Consulares de La Guaira, NA M84/R1; para a penosa experiência de Scott, ver Congresso dos EUA, Câmara, Relatório do Congresso 72, 20th Cong. 2nd Sess., 10 de fevereiro de 1829. As instituições de Scott são equivocadamente arquivadas em Monroe a Scott, 14 de maio de 1812, Comunicações sobre Agentes Especiais, NA M37/R4

nenhum tipo de subjugação, o que favorecia uma união das duas acerca da causa separatista. Outro diplomata norte-americano, Theodorick Bland, criticou veementemente o país, especialmente o sistema das instituições políticas e eclesiásticas de Buenos Aires<sup>8</sup> (SCHOULTS, 2000, p. 22). De qualquer forma, os relatos positivos escritos por Rodney e Graham de nada serviram, pois o secretário de Estado norte-americano, J. Q. Adams, descartou-os e ficou somente com a análise pessimista de Bland. Adams afirmou que ela era a mais realista entre todas, uma vez que já havia relatos de comerciantes que se aproximavam desta visão.

Na década de 1820, a influência da Santa Aliança foi sentida nos Estados Unidos, causando certa mobilização interna no país. O motivo da ameaça seria uma incursão visando a reconquista das antigas colônias espanholas por parte dos aliados. Contra esta proposta, os EUA e a Grã-Bretanha reagiram com o intuito de proteger as novas repúblicas do continente. Mais tarde, os britânicos seriam rejeitados pelo governo dos ianques, no discurso anual do Congresso de 1823, proferido pelo presidente Monroe (e articulado por J. Q. Adams), restando tão somente a estes o papel de mantenedor da estabilidade dos novos países (SYRETT, 1980, p. 141). Era criada, então, a Doutrina Monroe, que pode ser uma atitude de superioridade explícita pelo fato de que os EUA não se mostrava apto para proteger todo o continente, visto que Washington havia sido ocupada por ingleses dez anos antes da Doutrina Monroe (SANTOS, 2014, p. 37).

Ao fim da regência de Monroe, Adams concentrou-se na política interna estadunidense, preocupando-se com a sua eleição. Assim que foi eleito presidente, ganhou a companhia de Henry Clay como secretário de Estado. Este, com um caráter mais progressista, contrastava com a atuação totalmente conservadora de Adams (o qual não via nenhuma esperança na América Latina), porém continuavam as ambições de aumentar a área de influência norte-americana no continente, o que dava continuidade à Doutrina Monroe.

Desolado com as constantes cartas e relatórios que chegavam à sua mesa com visões pessimistas e conservadoras sobre o continente subdesenvolvido, Clay foi perdendo o entusiasmo da luta pelo reconhecimento das novas repúblicas. Ao final da ocupação espanhola e à pausa das ameaças europeias, o secretário de Estado estadunidense não via mais sentido em preocupar-se com o continente. Sua preocupação ficou limitada a “evitar qualquer tipo de desprezo e preconceito contra os hábitos civis ou religiosos dos habitantes latino-americanos”<sup>9</sup> (CLAY apud SCHOULTS, 2000, p. 30).

<sup>8</sup> Schoults cita: Rodney a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Graham a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Bland a JQ Adams, 2 de novembro de 1818, ASP Vol. 4; pp. 219, 225, 282, 295.

<sup>9</sup> Schoults cita: Clay a John Forbes, 1825, instruções a ministros dos EUA, NA M77/R5

## 4 A expansão para o México

A ampliação do território norte-americano para o México começou no início do século XIX, quando foi cedida parte da Luisiana, em 1803, que pertencia à França, depois de vários impasses entre Espanha e França durante a época napoleônica. Ainda que fosse parte dos EUA, suas fronteiras não eram bem definidas, o que gerou a miscigenação de culturas indígenas, hispânicas e caucasianas. Do lado mexicano, a instabilidade política e econômica foi descrita como um dos seus principais problemas pelo emissário Anthony Butler, que via que as revoluções estavam constantemente “agitando o país até seus limites mais remotos, desde o período de minha chegada até o presente momento – a tranquilidade nunca chegava a seis meses.” Os sucessores de Butler, como representantes políticos dos Estados Unidos no México, também exaltavam suas diferenças e exaltavam o destino dos EUA “mais feliz e [de] superioridade em tudo, mas um mais generoso, de uma profunda simpatia pela condição miserável de um país sobre o qual uma generosa Providência espalhou suas bênçãos com uma mão profusa sobre qualquer outro na face da terra”. (THOMPSON, 1846, p. 18). O começo da administração de J. Q. Adams deu-se justamente com a expulsão dos espanhóis do México e com uma nova proposta de delimitação das fronteiras. Como aponta Johannsen (1997, p. 4, tradução nossa)

O preconceito racial e etnocentrismo foram os principais fatores de motivação por trás da remoção dos nativos americanos e na guerra contra os mexicanos, mas estes não eram os únicos. Ambições para uma vantagem econômica, novos mercados e portos marítimos, um medo de fabricação e urbanização, e a necessidade de ‘acabar com a dissidência’ através da dispersão dos pobres da América em grandes áreas também motivou a expansão territorial.

Em 1827, o congresso mexicano reservou quinze mil dólares para negociar as novas demarcações. O valor foi recebido com sarcasmo pelo estadista Joel Poinsett, dado que a expedição dentro do México não se dava pela carência de fundos por parte dos EUA, mas sim pela ideia republicana de espalhar o desenvolvimento, como pode se verificar no discurso do Ministro Waddy Thompson, de 1846: “enquanto em nossas cidades e municípios você ouve o zunido ativo do trabalho incessante e o assobio estridente da máquina a vapor, lá você ouve nada além de tambor e píforo; enquanto nós fazíamos ferrovias, eles faziam revoluções” (THOMPSON, 1846, p. 19). Apesar da recusa da proposta mexicana de demarcações, o governo estadunidense ratificou um tratado para a demarcação da fronteira no rio Sabine, a oeste do estado da Luisiana, ainda sob a administração de Monroe. Ao mesmo tempo em que houve a ratificação desse tratado, o México ingressou na pauta do projeto expansionista dos Estados Unidos.

O perigo de os EUA agirem de acordo com suas pretensões e subjugar a nação mexicana eram eminentes. O ministro mexicano que estava em Washington



observou o comportamento dos ianques, como cita Schoults (2000, p. 36) a carta de Zozaya para Herrera:

Sua vaidade chega tão longe, na minha opinião, a ponto de acreditar que sua capital será aquela de todas as Américas. Eles têm um amor profundo por nosso dinheiro, não por nós, e eles não são capazes de entrar em um tratado de aliança ou comércio exceto quando convém a eles, sem nenhum pensamento de reciprocidade.<sup>10</sup>

A preocupação do ministro mexicano havia se concretizado quando, em 1829, já na administração de Andrew Jackson, o governo ianque correu atrás da anexação do Texas. O secretário de Estado da gestão de Jackson, Martin Van Buren, deu ordens a Poinsett para que negociasse a compra da terra. Caso a anexação pela aquisição não funcionasse, os meios diplomáticos e um pouco de má vontade estariam a postos para serem usados como meios de agregar o território à União.

Novamente, o olhar xenófobo foi motivo pelo qual a influência norte-americana fora expandida para o Sudoeste. Poinsett, com desrespeito, não mediu escrúpulos para demonstrar seu desprezo pelos latinos na sua ida ao México. Acusou a população mexicana de ser uma “raça ignorante e imoral” e condenou o clero como “a própria escória do povo, [...] devasso e ignorante de um modo repugnante” (POINSETT apud HOPKINS, 1972, p. 545)<sup>11</sup>, criticando também a miscigenação dos criollos com os aborígenes. Preocupado com o comportamento de seu chanceler, o presidente Jackson substituiu o estadista por Anthony Butler, o qual recebeu instruções do presidente para estar com “os ouvidos atentos, a língua silenciosa e o coração firme [sic.], as três jóias da sabedoria, proteger cada avanço que fizesse no assunto do Texas” (JACKSON apud BASSET, 1935, p. 80)<sup>12</sup>.

Apesar da tentativa de negociação de Butler com o governo mexicano, o fim da soberania do México sobre o Texas aconteceu de forma natural, visto que já havia uma migração de norte-americanos para aquela região desde 1820, quando Jefferson atribuiu ao Texas o ideal de que este seria, sem dúvidas, o futuro estado mais rico da União. Em 1836, os povos “anglo-texanos” (SCHOULTS, 2000, p. 40) que se instalaram no Texas conseguiram emancipar-se do México, formando uma república independente. Atento a esse acontecimento, o governo de Washington estaria proposto a ajudar o Texas, já que a falta de segurança poderia fazer com que os rebeldes mexicanos ou a influência inglesa no continente pudessem ameaçar a soberania dessa nova república. Em 1837, foi feito um convite formal para a entrada do Texas na União, que gerou relutância entre os antiescravistas dentro

<sup>10</sup> Schoults cita: Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822, *La diplomacia mexicana*, vol. 1, p. 89, 103.

<sup>11</sup> Hopkins cita: Poinsett para Clay, 12 de outubro de 1825, *Despachos do México*, NA M97/R2.

<sup>12</sup> Basset cita: Jackson a Butler, 10 de outubro de 1829, em *Correspondence of Andrew Jackson*, John Spenser Basset, ed., 7 vols. [Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1926-1935], vol. 4, pp. 80-81.

do Congresso, que recusaram-se a “considerar a anexação sob o pretexto de que a escravidão havia se espalhado em um território anteriormente livre” (SCHOULTS, 2000, p. 40). Nesse mesmo ano, ocorreu uma depressão econômica, que teve como consequência a inadimplência dos estados da União para com o governo inglês. Dessa forma, o próprio governo da Inglaterra formulou uma estratégia para acabar com a hegemonia comercial dos norte-americanos: o fim da escravidão. Com a abolição da escravatura, aumentariam-se os valores agregados dos produtos, o que favoreceria a comercialização de produtos ingleses na região, que eram mais baratos.

A expansão norteamericana tendia cada vez mais à estagnação ao longo da primeira metade do século XIX, devido às constantes crises que os oficiais militares tinham de enfrentar – tanto com a parte civil quanto com a parte político-econômica, que respondiam às agressões militares com a atuação dos representantes da população no Congresso. À medida em que a crise foi agravando a situação dos exércitos, a burocratização acabou prevalecendo sobre as incursões militares, fazendo com que o entusiasmo fosse significativamente menor em 1846, em comparação a trinta anos antes (WATSON, 1997, p. 70).

## 5 O Sul escravocrata contra o Norte abolicionista

O crescimento demográfico nos EUA, na metade do século XIX, foi expressivo. Em 1840, a população estadunidense era de 17 milhões, e em 1860 o número sobe para 31,5 milhões. O crescimento populacional acompanhava o crescimento econômico: os estados do Norte industrializavam-se, atraindo imigrantes para suas grandes cidades; a expansão para o Oeste era incentivada pelo governo, e o Sul despontava como grande o produtor mundial de algodão.

A economia liberal clássica da época favorecia o crescimento industrial, que chegava a representar 39% da produção total do país, em 1860, com crescimento de 7,8% ao ano (AMEUR, 2010, p. 13). O Norte dos EUA melhorava a sua infraestrutura e qualidade de vida, atraindo alemães e ingleses para o trabalho nas fábricas, que apresentavam condições mais estáveis do que na Europa – e por não haver mais a concorrência da mão de obra escrava. A vivência da liberdade e da igualdade de direitos, o respeito à Constituição Americana e a possibilidade de ascensão social e de enriquecimento tornavam o Norte o carro-chefe da economia estadunidense, chegando a produzir 90% dos manufaturados do país em 1860. Mary A. Junqueira reafirma o pensamento capitalista da região:

[Nortistas] desenvolveram uma concepção burguesa do mundo. Nessa visão, o lucro era importantíssimo. A perspectiva de lucro na qual os empreendimentos comerciais e industriais eram predominantes incentivava os indivíduos a investir em propriedades privadas e a multiplicar seu patrimônio. (2001, p. 69)

E ressalta o rechaço nortista aos valores da sociedade formada no Sul expressando que “[...] nortistas rejeitavam a perspectiva aristocrática e hierarquizada dos sulistas para os quais outros valores eram mais importantes no desenvolvimento das atividades econômicas e na opção pelo estilo de vida”. (2001, p. 69).

O Norte também ganhava força política com seu crescimento, principalmente dentro do partido republicano, liberal em sua essência e representado por grandes empresários, banqueiros e financistas. Como aponta Paxson (1911, p. 23), o Norte crescia mais que o Sul em população e riqueza, porém a representação sulista ainda batia de frente no Congresso, sobretudo na questão da abolição da escravidão.

Ao Sul da linha Mason-Dixon, a economia era outra. O sistema agrário de plantation, escravocrata e baseado na monocultura do algodão, centralizava o poder político e econômico nas mãos dos grandes proprietários de terras e de escravos – o número de proprietários de escravos, em 1850, chegava a 325 mil (BURGESS, 1901, p. 28). A economia escravocrata disparou e foi sustentada pela Revolução Industrial, uma vez que a indústria têxtil europeia dependia da enorme produção algodoeira norte-americana – em 1860, 75% da produção mundial da matéria-prima era fornecida pelos EUA. O número de negros representava 14% da população total do país – 4,5 milhões, sendo apenas 500 mil livres, espalhados pelo Oeste e Norte. O Sul do país remetia aos valores da aristocracia europeia: a impossibilidade de ascensão social afastava os imigrantes, a liberdade civil era concedida apenas aos brancos e a infraestrutura e o equilíbrio social destoavam dos estados do Norte e do iminente desenvolvimento do Oeste.

Consequentemente, o Sul, em minoria, mesmo que ainda elegeisse presidentes, perdia força no Congresso frente aos interesses do resto da União, o que instaurava um mal-estar político na Federação. O sentimento bairrista aparecia em ambas as partes, porém os sulistas, por terem suas famílias e tradições instaladas e perpetuadas por décadas, possuíam ligações mais fortes com sua terra e seus costumes. Farid Ameur destaca a divisão dos EUA e as ideias provenientes do Sul:

Convencidos da superioridade de sua civilização, eles [sulistas] criticam o “culto ao dólar” e o capitalismo mercantil do Norte. Os mais extremistas sustentam que são os nobres herdeiros dos “cavaleiros”, os últimos partidários dos Stuart, ao passo que os ianques [nortistas] são os descendentes dos “cabeças redondas”, aqueles cromwellianos que têm como ancestrais as populações primitivas da Inglaterra. De fato, o Sul nutre cada vez mais o sentimento de formar um outro povo dentro da nação. (2000, p. 19)

Nesse contexto, a política interna estadunidense tomava novos rumos. O partido Democrata, fundado em 1836 para defender a elite conservadora estadunidense, nasceu e teve grande representação nos estados escravocratas do Sul. Andrew Jackson e Martin van Buren, seus fundadores, foram eleitos presidentes nas duas eleições posteriores ao nascimento do partido. Até a eclosão da guerra, outros

três democratas tornar-se-iam presidentes. James Buchanan, da Pensilvânia, eleito em 1856, viveu em seu mandato as fortes tensões entre o Norte e o Sul. Mesmo sendo do Norte, representava a elite fazendeira do Sul, e os acontecimentos no país radicalizavam as tensões. Buchanan teve como herança o Ato Kansas-Nebraska, aprovado no Senado em 1852, delegando aos moradores dos próprios estados de Kansas e Nebraska a tarefa de decidirem sobre a legalidade da escravidão, o que reforçava o federalismo da nação e o direito de soberania dos estados.

Em oposição aos democratas, em 1854, nasceu o Partido Republicano, com fundadores provenientes do Partido *Whig*. Os republicanos tinham o liberalismo como ideal político, assim, na época, defendiam o desenvolvimento que se mostrava presente no Norte industrializado. A corrente republicana sempre teve como base os valores liberais clássicos, como a liberdade do indivíduo e o direito à propriedade privada, logo, eram contra o sistema escravocrata. No campo do Direito, a Constituição concedia direitos iguais a todos estadunidenses, apesar de os republicanos mais moderados admitirem a desigualdade racial (defendendo, no entanto, a igualdade jurídica). Com relação à economia, a escravidão gerava pouca demanda em uma sociedade de livre-comércio como a do Norte na época – justificando o empenho do partido em abolir a mão de obra escrava.

Era nesse cenário político que os dois partidos se tornariam os maiores do país, centralizando a disputa pelo poder entre eles até a atualidade. Como estratégia política, os democratas apelavam para propagandas de cunho racista, com cartazes ou frases, como “[...], ‘Se você quer votar lado a lado a um negro fanfarrão’ [...] um partido que diz ‘um negro é melhor que um irlandês’ [...] para dividir o seu patrimônio com um negro, vote no candidato Republicano” (McPHERSON, 1988, p. 185).

## 6 O racismo, as disputas políticas e a Secessão

O Partido Republicano nasceu para impor a liberdade civil e econômica, a igualdade de direitos e o desenvolvimento da nação. Depois do Ato Kansas-Nebraska, a discussão em cima do abolicionismo ganhou mais força nos Estados Unidos – ainda que não fosse nova na agenda, uma vez que o primeiro projeto para a abolição havia sido feito em 1787. Em 1852, a escritora Harriet Beecher Stowe publicou “Uncle Tom’s Cabin”, e o livro alcançou a marca de 300 mil exemplares vendidos já no primeiro ano de seu lançamento. A obra contava a sofrida vida do escravo Tom, “retratado como um verdadeiro mártir” (JUNQUEIRA, 2001, p.78), e foi proibida no Sul dos EUA – porém fez grande sucesso na Europa. Outro grande expoente do abolicionismo foi John Brown, republicano de Connecticut. Brown organizava marchas pacíficas e violentas pró-abolição no Kansas, tornando-se conhecido por todo o país, mas temido e perseguido no Sul. Em 16 de outubro de 1859, Brown reuniu um grupo para invadir o Harper’s Ferry, na Virgínia, roubar

todo seu arsenal e fomentar uma revolta escrava. Após dois dias de guerra, Brown rende-se e é condenado à forca. Uma organização social também foi criada na luta pela liberdade: a Sociedade Americana Antiescravagista, fundada por William Lloyd Garrison, editor do radical jornal *"The Liberator"*. Garrison discursava sobre a morte de John Brown e afirmava que jamais se juntaria "aos donos de escravos com suas mãos escorrendo sangue". O jornalista coloca a escravidão como "terrivelmente desumana e perversa" (GARRISON, 1859, p. 1)<sup>13</sup>.

A discussão abolicionista se ampliava nos EUA: os sulistas defendiam os direitos de seus estados em definir as próprias leis, enquanto os nortistas preocupavam-se com o rumo que a expansão ao Oeste poderia tomar. A descoberta de novas terras, a urbanização dos territórios anexados e a política imperialista contra o México ainda estavam em andamento, enquanto a morte de John Brown causava comoção no Norte e a discussão abolicionista atravessava o oceano. Victor Hugo, em carta ao jornal *London News*, explanava a situação contraditória da moral estadunidense: "há algo mais assustador do que Caim matando Abel, é Washington matando Espártaco, ou seja, o assassinato da Libertação pela Liberdade"<sup>14</sup> (AASS, 1860, p. 3). A escravidão era infundamentada, não havia argumentos econômicos para sua manutenção, apenas o medo político de os grandes proprietários de terra perderem seu *status quo*, sua riqueza, e verem uma grande rebelião dos negros, seres inferiores, que eram acorrentados e açoitados. Para se ter noção do caos político enfrentado na época, nem mesmo no partido Democrata a escravidão era um ideal unânime – o desacordo entre seus membros acarretou numa cisão do partido.

Em 1860, os republicanos vencem sua primeira eleição presidencial com Abraham Lincoln (a cisão dos democratas facilitou sua vitória no Norte e no Oeste, porém o partido perdeu em onze estados do Sul e três do Alto-Sul), que, por ser um republicano moderado, não tinha em sua agenda o estabelecimento da igualdade política e social. A abolição deveria acontecer, porém os negros ainda não teriam os mesmos direitos civis dos brancos. A postura de Lincoln era direcionada a apaziguar as tensões na União (essa era sua principal meta), não obstante, sua eleição foi rejeitada imediatamente no Sul. Em 13 de novembro de 1860, uma semana depois da eleição, a Carolina do Sul reuniu-se para decidir sua separação da União, e, em 20 de dezembro, optou pela secessão e dissolução dos Estados Unidos da América. Nos meses seguintes, estados escravocratas como Louisiana, Geórgia, Texas, Mississippi, Flórida e Alabama seguem o mesmo caminho. Em 4 de fevereiro de 1861, os Estados Confederados da América são formados e Jefferson Davis é eleito presidente, com uma constituição própria e a contraditória liberdade

<sup>13</sup> "The Death of John Brown", Frank L. Garrison, 1859; disponível em: <<http://www.nationalcenter.org/DeathofJohnBrown.html>> Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor)

<sup>14</sup> "Letters on American Slavery from Victor Hugo, De Tocqueville, Emile De Girardin, Carnot, Passy, Mazzini, Humboldt, O. Layfayette—&c.", American Anti-Slavery Society, 1860; disponível em <<http://antislavery.eserver.org/tracts/lettersonamericanslavery/lettersonamericanslavery.html>> Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor)

de aprisionar os negros garantida. Lincoln jamais reconheceu a secessão dos estados, apoiando seu argumento na Constituição. A Guerra Civil começou em abril de 1861, quando Lincoln enviou tropas ao Forte Sumter, na Carolina do Sul, para proteger a propriedade da União. Depois disso Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Arkansas também vieram a separar-se. Foram esses os 11 estados a tornarem-se independentes da União, motivados essencialmente pela manutenção da escravidão devido ao modo de produção vigente. Os Estados Confederados da América, como se autodenominaram, tinham uma população de nove milhões de habitantes, sendo 3,5 milhões destes escravos.

Em um ano de guerra, o prejuízo começava a ser maior para a União: mesmo tendo um exército maior e mais forte, o instinto sulino de guerrear e de defender a sua tradição se sobressaía. Lincoln, percebendo que a guerra estava trazendo prejuízos, temia por mais revoltas, principalmente por parte dos estados escravocratas ainda ligados à União. Declarou então que seu objetivo não era libertar os escravos, e sim fazer valer a integridade da União, fosse ela com a abolição ou não (LINCOLN, 1862). Assim, Lincoln sempre fora diplomático em seus discursos, posição que gerava contrariedade dentro do Partido Republicano: os grupos mais radicais lutavam pela abolição e pela igualdade jurídica, outros apenas pela abolição, e os mais moderados eram adeptos do discurso do presidente. Os escravos, em meio ao jogo político, fugiam de seus donos e procuravam refúgio na União, porém, em inconformidade com a lei, não eram devolvidos ao Sul, e sim usados como “contrabando de guerra” (AMEUR, 2010, p. 83).

Em abril de 1862, o distrito de Colúmbia aprova uma lei proibindo a escravidão. Em julho, o Congresso aprova uma lei libertando os escravos fugitivos pertencentes aos estados separados. Em setembro de 1862, Lincoln tem uma decisão mais radical: a *Emancipation Proclamation*<sup>15</sup> (LINCOLN, 1950) deveria vigorar a partir de 1º de janeiro de 1863. A proclamação, em seu primeiro parágrafo, dava liberdade a todos os escravos dos estados rebeldes, alforriava os escravos dos estados da União, instituíra indenização a seus donos e concedia autorização aos negros para alistarem-se ao serviço militar, porém permanecendo estes subordinados a oficiais brancos e recebendo soldo inferior ao dos brancos. A liberdade veio para o Norte, porém o preconceito e a opressão continuavam. Os Estados Confederados, evidentemente, não respeitaram a lei por não se sentirem parte daquela federação, porém era claro que, se derrotados na guerra civil, seria inevitável a libertação de seus 3,5 milhões de escravos. A lei também tirava a legitimidade dos confederados no cenário internacional como um Estado independente, pois, como citado anteriormente, a Inglaterra fazia lobby para a expansão do liberalismo econômico, prática ideológica que em grande medida ia contra os princípios escravocratas

<sup>15</sup> "Letter to Horace Greeley", Abraham Lincoln, 1862; disponível em <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm>>. Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor).

defendidos no Sul e era incipiente na consolidação do capital com a instalação das indústrias do Norte.

A guerra estendeu-se até abril de 1865, e teve um saldo final de 620 mil mortes, sendo 60 mil sulinos. Com o número de feridos e mutilados, as baixas nos Estados Confederados chegavam a representar 20% da sua população. A diferença de poder entre Norte e Sul era abismal: os recursos de guerra – e destacados fatores como a coragem e a valentia – dos confederados diminuía a cada batalha, a União aplicara um bloqueio naval ao Sul e a monocultura da região esgotava-se drasticamente. Em 31 de janeiro de 1865, a 13ª Emenda Constitucional, que proibia a escravidão em todos os Estados Unidos da América, foi aprovada no Congresso, sendo ratificada em dezembro. Os negros estavam libertados, todavia sem os mesmos direitos dos brancos, e o sufrágio universal viria somente em 1869, com a 15ª Emenda Constitucional.

## **7 Política externa do século XX com a América Latina**

Durante o século XX, os países da América Latina estiveram subjugados aos EUA por alianças de cunho pragmático e ideológico, através da chamada Política da Boa Vizinhança (1933-1945). Ela visava à ampliação do populismo nacionalista durante a Segunda Guerra Mundial de forma a proteger as nações Aliadas contra as nações do Eixo, o que foi fundamental para o aperfeiçoamento das relações interamericanas. Os EUA, nesse caso, exerceriam papel de “Super-Homem”, a fim de impor uma relação de subjugação e de dependência unilateral a esses países periféricos e fazê-los seguir um padrão de comportamento para se manter no sistema internacional.

Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os governantes dos países latino-americanos adotaram a doutrina de segurança hemisférica, sob a tutela dos EUA. Em geral, tudo isso era feito em nome da luta contra a penetração de interesses estrangeiros às tradições de solidariedade das repúblicas americanas em defesa dos interesses norte-americanos no hemisfério. (IANNI, 1988, p. 80)

A política imperialista dos EUA, no século XX, é vista como um fenômeno novo para alguns autores, pois, durante o século XIX, os Estados Unidos, apesar de exercerem grande influência no continente, consideravam-se anti-imperialistas e usavam sua influência para barrar a colonização da América pelos ingleses. Foi a partir do apoio estadunidense a Cuba na guerra hispano-americana que houve um maior engajamento com as questões continentais.

Com a constante pressão de países europeus sobre o continente, os Estados Unidos anexavam territórios que antes eram ocupações espanholas na Ásia (Filipinas) e na América (Porto Rico), enquanto que a Cuba foi concedida uma independência

formal. Através dessas guerras contra a Espanha, os EUA saíram de seu isolacionismo e passaram a atuar fortemente no continente pela Política do Corolário Roosevelt do presidente Theodore Roosevelt: “*Speak softly and carry a big stick*”<sup>16</sup>. Essa política tornava necessário o desenvolvimento dos atributos para o combate contra as ameaças à segurança regional do norte do continente americano, caracterizada pela iminente intervenção europeia na República Dominicana, em 1904. Em resposta à possível intervenção, os EUA começam a administrar os direitos aduaneiros do país e se retiram de lá somente em 1930 (SYRRET, 1980, p. 252).

A expansão colonial seguiu em frentes na América do Sul, América Central e Ásia, uma vez que todas as regiões estariam no programa do *Big Stick*. Assim como os norte-americanos fizeram com as guerras civis em Porto Rico e em Cuba, eles apareciam como aliados nos países em conflito para, depois, realizar ocupações nos territórios recém emancipados. Assim foi o caso do Panamá que, em 1902, durante a ocupação estadunidense, recebeu ajuda do governo norte-americano para livrar o país do domínio da Colômbia, tornando-se protetorado dos EUA logo após a guerra.

Na América do Sul, o domínio não foi diferente de nenhum outro lugar. No poder durante a década de 30, o primo de quinto grau de Theodore Roosevelt, Franklin Roosevelt, continuou a política do *Big Stick*. Ligada a ela estava a própria disseminação do dólar, que aumentava ainda mais a área de influência econômica norte-americana sobre os países latinos (conforme a quantidade da moeda em circulação neles).

Ainda com a pretensão de evitar a influência externa no continente, o presidente dos EUA adotou uma doutrina de segurança hemisférica através do nacional-populismo nos países da América do Sul, de forma a aumentar a repulsa por países de fora do continente americano.

Para isso, nada mais óbvio do que “atender aos legítimos desejos de modernizar as forças de segurança”. [...] Sempre segundo as conveniências e exigências da hegemonia dos Estados Unidos. [...] Prosseguiram os programas de militarização de poder político na América Latina, sob o pretexto de atendimento dos legítimos desejos de modernização das forças de segurança. (IANNI, 1988, p. 64)

Diante dessa dependência originada pela profunda influência política e econômica dos Estados Unidos na região, os Estados subjugados estariam a mercê de decisões feitas pelas elites, visto que essas seriam as detentoras do poder político nas regiões. Porém, apesar de toda a veemência no seu discurso, a própria classe dominante se subdividia em grupos de interesses difusos. Além disso, os líderes políticos das regiões sob influência estadunidense deveriam temer qualquer rebelião

<sup>16</sup> “Fale com suavidade e tenha na mão um grande porrete”.



ocasionada pelas classes mais baixas, bem como os Estados Unidos deveriam suspeitar das mobilizações e alianças feitas por países da periferia.

A atitude dos EUA com a América Latina normalmente tem sido baseada na crença de que, sem a interferência de fatores mundiais, a supremacia norte-americana é virtualmente absoluta, pois que as forças latino-americanas sozinhas são tão fracas que podem ser negligenciadas. Entretanto, uma análise mais cuidadosa das relações hemisféricas e das experiências amargas sugere o contrário. O poderio dos EUA é limitado, e qualquer intento de ultrapassar esse limite leva à derrota ou ao fracasso. Para ser mais preciso, enquanto a economia dos EUA é esmagadora e decisiva, o seu poderio político (e militar) não o é. Além disso, mesmo a imensa força do capital norte-americano está, em certo grau, à mercê de forças políticas que Washington não pode controlar (HOBSBAWN apud IANNI, 1988, p. 71).

## **8 O racismo e a desigualdade civil e jurídica no século XX**

A abolição da escravidão, com a 13ª Emenda Constitucional, formou grupos rebeldes pelos EUA, sendo o de maior atuação a Ku Klux Klan, que existe até hoje. A KKK prega a “supremacia branca”, o protestantismo em detrimento de outras religiões, o anticomunismo e a perseguição de negros, índios e latinos. O movimento foi muito forte na década de 1920 e chegou a quatro milhões de membros – sobretudo no sul dos Estados Unidos –, contando inclusive com apoio político.

O racismo era presente nas leis, na desigualdade de direitos jurídicos, sociais e econômicos. Os negros alforriados instalavam-se em guetos, ocupavam os menores cargos nas empresas e sofriam grande repressão política. Mesmo com a constituição garantindo direitos iguais, por serem parte de uma federação, os estados tinham autonomia para elaborar suas próprias leis. Surgiram então lideranças – como foi John Brown, no século XIX – lutando contra o racismo; William Edward Burghardt, Malcom X, Rosa Parks e Martin Luther King Jr. são grandes expoentes do Movimento dos Direitos Cíveis aos Afroamericanos. Luther King discursava e organizava marchas com milhares de negros, e sua luta garantiu-lhe o Nobel da Paz em 1964. Tornou-se também um mártir, após ser assassinado no Tennessee em 1968.

## **9 Conclusão**

A política estadunidense por boa parte de sua história mostrou-se ligada ao preconceito étnico e racial. Neste artigo buscamos responder pela análise de dois fatos importantes para a formação do Estado estadunidense: Guerra do México e Guerra de Secessão. O primeiro reflete como a política externa em relação à América Latina parte do sentimento de os Estados Unidos serem uma nação escolhida e superior aos outros. A aversão aos latinos perdura hoje de uma maneira não apenas

expansionista, porém também dentro do seu próprio território, principalmente em casos de estudos migratórios que podem ser aprofundados em outras pesquisas.

O racismo também é presente, se não nas leis, nas desigualdades sociais. Ainda é muito marcante a presença do grupo *White Anglo-Saxon Protestant (WASP)* – hoje, contraditoriamente à história, ligado ao Partido Republicano –, que possui bastante força política no país, elegendo até mesmo presidentes, como foi o caso de George W. Bush. O Partido Republicano dos séculos 20 e 21 tem demonstrado como bandeira política o resgate das tradições que outrora foi posição do partido rival. Nos discursos os partidos têm se diferenciado explicitamente em relação às políticas sociais de inclusão e política externa intervencionista ou pacífica. Entretanto, para uma compreensão destas construções políticas, defendemos que este artigo pode servir como base de uma análise histórica, que entre tantas variáveis, destacam-se o preconceito étnico e racial.

### **The US prejudice in its domestic and foreign policy towards latin america during the civil war and its expansion in the twentieth century**

**ABSTRACT:** The United States of America emerged in the nineteenth century as a major regional and global power. Its development was due to the liberal economic system and the expansion of its borders. The Monroe Doctrine and the thought of becoming the civilizing nation of America – as its Manifest Destiny – made US an empire before its neighbors. Their prejudice and disdain were not only towards Latinos, but also mirrored in their internal relations. This article seeks to analyze the US imperialist policies from the perspective of their prejudice towards Hispanic people, and how it influenced their internal policy during the American Civil War, as well as its consequences on the twentieth century.

**KEYWORDS:** USA, Monroe Doctrine, Latin America, Prejudice, Secession, Imperialism.

### **Referências**

AMERICAN ANTI-SLAVERY SOCIETY. *Letters on American Slavery from Victor Hugo, De Tocqueville, Emile De Girardin, Carnot, Passy, Mazzini, Humboldt, O. Lafayette*. American Anti-Slavery Society, 1860. Disponível em: <<http://antislavery.eserver.org/tracts/lettersonamericanslavery/lettersonamericanslavery.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

AMEUR, Farid. *Guerra da Secessão*. Porto Alegre: LP&M, 2010.

ARAM, Bethany. *Leyenda negra y leyendas doradas en la conquista de América: Pedrarias y Balboa*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2008.

BASSET, John Spencer. *Correspondences of Andrew Jackson 1767-1845*. Washington DC: Carnegie Institution of Washington, 1935.

BURGESS, John W. *The Civil War and the Constitution*. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). *Relações Internacionais: dois Séculos de História*. v. 1, 2. ed. Brasília: IBRI, 2001, p. 105-172.

GARRISON, Frank L. *The Death of John Brown*. 1859. Disponível em: <<http://www.nationalcenter.org/DeathofJohnBrown.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Combatendo o racismo*: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v. 14, n. 39, Fev. 1999.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOPKINS, James; HARGREAVES, Mary (org.). *The Papers of Henry Clay*: Secretary of State. v. 6. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1982.

HUNTINGTON, Samuel P. The Hispanic Challenge. In: *Foreign Policy*. Washington DC: FP Group. Mar.-Apr. 2004.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JOHANNSEN, Robert W. Introduction. In: MORRIS, Christopher Charles; HAYNES, Sam Walter (Ed.). *Manifest Destiny and Empire*: American Antebellum Expansionism. University of Texas at Arlington, 1997.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos, a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KLANWATCH PROJECT. *Ku Klux Klan*: a history of racism and violence. 6. ed. Montgomery, Alabama: The Southern Poverty Law Center, 2001.

LINCOLN, Abraham. *The Emancipation Proclamation*. 1863. Disponível em: <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/emancipate.htm>> Acesso em: 27 jul. 2013.

MATEO, Luiza Rodrigues. *Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos*. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado). UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas. 2011.

McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*. New York: Oxford University Press, 1988.

*Letter to Horace Greeley*. 1862. Disponível em: <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

PAXSON, Frederick L. *The Civil War*. New York: Henry Holt and Company, 1911.

PEGRAM, Thomas R. *One Hundred Percent American: the rebirth and decline of the Ku Klux Klan in the 1920s*. Chicago: Ivan R. Dee, 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SYRETT, Harold Coffin. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

THOMPSON, Waddy. *Recollections of Mexico*. New York: Wiley and Putnam, 1846.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. *Constitution of United States of America*. Washington: Government Print Office, 2007.

WATSON, Samuel J. The Uncertain Road to Manifest Destiny - Army Officers and the Course of American territorial expansionism, 1815-1846. In: MORRIS, Christopher Charles; HAYNES, Sam Walter (Ed.). *Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism*. Arlington, Texas: University of Texas at Arlington, 1997.

ZOZAYA, Jose Manuel. Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822. In: *SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES DEL MEXICO*. La diplomacia mexicana, v. 1. Ciudad de México, 1910.